

No. 36810

**Brazil
and
Costa Rica**

Agreement on cooperation in tourism between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica. Brasília, 31 May 1993

Entry into force: 4 April 2000 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article IX

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 19 July 2000

**Brésil
et
Costa Rica**

Accord de coopération touristique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Costa Rica. Brasília, 31 mai 1993

Entrée en vigueur : 4 avril 2000 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article IX

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 19 juillet 2000

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO TURÍSTICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COSTA RICA

O Governo da República Federativa do Brasil,

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados "Partes"),

Convencidos da importância que o desenvolvimento das relações turísticas possa ter, não somente no que se refere às respectivas economias, como também ao intercâmbio cultural, social e de amizade entre ambos os povos;

Convencidos de que o turismo, em virtude de sua dinâmica sócio-cultural e econômica é um excelente instrumento para promover o desenvolvimento econômico, o entendimento, a boa vontade e para estreitar as relações entre os povos,

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Turística:

ARTIGO I

Escritórios de Promoção Turística

1. Em conformidade com a legislação interna de cada Parte, poderão estabelecer-se e funcionar escritórios oficiais, encarregados de promover o intercâmbio turístico bilateral.
2. Ambas as Partes concederão as possíveis facilidades para a instalação e o funcionamento dos mencionados escritórios, nos limites de sua capacidade legal e orçamentária.

ARTIGO II

Desenvolvimento da Indústria Turística e da Infra-Estrutura

As Partes, em conformidade com sua legislação interna, facilitarão e incentivarão as atividades dos prestadores de serviços turísticos, tais como: agências de viagens, operadores de turismo, cadeias turísticas, linhas aéreas e empresas de navegação marítima, principalmente, sem prejuízo de qualquer outro meio que possa gerar turismo recíproco entre as Partes.

ARTIGO III

Facilidades

Dentro dos limites estabelecidos pelas respectivas legislações nacionais, as Partes se concederão reciprocamente todas as facilidades para intensificar e estimular o movimento turístico das pessoas e o intercâmbio de documentos e materiais de propaganda turística.

ARTIGO IV

Investimentos

Ambas as Partes promoverão e facilitarão, em função de suas possibilidades, os investimentos de capitais brasileiros, costarriquenhos ou conjuntos de seus respectivos setores turísticos.

ARTIGO V

Facilidades Alfandegárias

As Partes acordam oferecer as necessárias facilidades alfandegárias, com o objetivo de permitir o ingresso de material promocional originário da outra Parte, quando for o caso, em conformidade com a legislação interna de cada país.

ARTIGO VI

Programas Turísticos e Culturais

As Partes incentivarão as atividades de promoção turística com a finalidade de incrementar o intercâmbio e divulgar a imagem de seus respectivos países, participando em manifestações turísticas, culturais, recreativas e esportivas, organização de seminários, exposições, congressos, convenções, conferências, feiras e festivais de alcance nacional e/ou internacional, em conformidade com a legislação interna de cada país.

ARTIGO VII

Pesquisa e Capacitação Turística

1. As Partes incentivarão seus respectivos especialistas a intercambiar informação técnica e/ou documentação nas seguintes áreas:

- a) sistemas e métodos para capacitar e/ou reciclar profissionais e instrutores sobre assuntos técnicos, particularmente no que se refere a procedimentos operacionais e de gestão hoteleira;
- b) bolsas de estudo para profissionais, instrutores e estudantes;
- c) programas de estudo para capacitação de pessoal que ofereça serviços turísticos;
- d) programas de estudo para escolas de hotelaria; e
- e) perfis ocupacionais de empresas turísticas.

2. Cada Parte desenvolverá ações que facilitem a cooperação entre profissionais de ambos os países, a fim de elevar o nível de seus técnicos em turismo e fomentar a pesquisa e o estudo de casos conjuntos, em áreas de interesse comum.

3. Ambas as Partes também incentivarão seus respectivos estudantes a professores de turismo a beneficiarem-se das bolsas de estudo oferecidas por colégios, universidades e outros centros de formação e aperfeiçoamento profissional.

ARTIGO VIII

Intercâmbio de Informação e de Estatísticas de Turismo

- 1. Ambas as Partes trocarão informações sobre:
 - a) seus recursos turísticos e os estudos relacionados com esta matéria, os planos de desenvolvimento do setor em seus territórios e, especialmente, aqueles relacionados com a exploração de parques nacionais, reservas biológicas e outras zonas protegidas;
 - b) estudos e pesquisas relacionadas com a atividade turística e sobre documentação técnica periódica, tais como revistas e outros meios de informação; e
 - c) a legislação vigente a respeito das atividades turísticas e da proteção e conservação dos recursos naturais e culturais de interesse turístico.

2. As Partes farão o possível para melhorar a confiabilidade e compatibilidade de estatísticas sobre turismo entre os dois países.

3. As Partes intercambiarão informações sobre o volume e as características do potencial real do mercado turístico de ambos os países, inclusive estudos de mercado de terceiros países que cada Parte possa colocar à disposição da outra.

ARTIGO IX

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos respectivos instrumentos de ratificação.

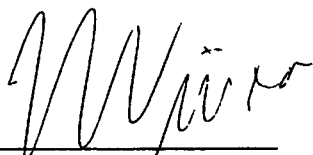
ARTIGO X

Duração

1. O presente Acordo terá duração de 5 (cinco) anos e será renovado automaticamente por iguais períodos, a menos que qualquer das Partes manifeste seu desejo de denunciá-lo, mediante notificação escrita à outra Parte, por via diplomática, com antecedência de 3 (três) meses.

2. O término do presente Acordo não afetará a realização dos programas e projetos que tenham sido formulados durante sua vigência, a menos que as Partes acordem o contrário.

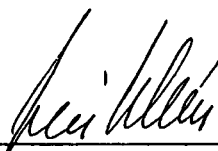
Feito em Brasília, aos 31 dias do mês de maio de 1993, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
Ministro da Indústria, Comércio
e Turismo



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA

DA COSTA RICA

LUIS MANUEL CHACÓN JIMÉNEZ
Ministro do Instituto
Costarriquenho de Turismo

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACION TURISTICA ENTRE EL
EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COSTA RICA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, en adelante denominados "las Partes";

Convencidos de la importancia que el desarrollo de las relaciones turísticas pueda tener, no solamente en favor de las respectivas economías, sino también en el intercambio cultural, social y de amistad entre ambos pueblos;

Convencidos que el turismo, en razón de su dinámica socio-cultural y económica, es un excelente instrumento para promover el desarrollo económico, el entendimiento, la buena voluntad y estrechar las relaciones entre los pueblos; resuelven celebrar el presente Acuerdo de Cooperación Turística:

ARTICULO I

Oficinas de Promoción Turística:

- 1.- De conformidad con la legislación interna de cada Parte, se podrán establecer y operar oficinas, en carácter oficial, encargadas de promover el intercambio turístico bilateral.
- 2.- Ambas Partes otorgarán las facilidades a su alcance para la instalación y funcionamiento de dichas oficinas en la medida de su capacidad legal y presupuestaria.

ARTICULO II

Desarrollo de la Industria Turística e Infraestructura:

Las Partes, de conformidad con su legislación interna, facilitarán y alentarán las actividades de prestadores de servicios turísticos, como lo son: agencias de viajes, operadores turísticos, cadenas hoteleras, aerolíneas y compañías navieras, principalmente, sin perjuicio de cualquier otro que pueda generar turismo recíproco entre las partes.

ARTICULO III

Facilitación:

Dentro de los límites establecidos por su legislación nacional las Partes se concederán recíprocamente todas las facilidades para intensificar y estimular el movimiento turístico de las personas y el intercambio de documentos y de materiales de propaganda turística.

ARTICULO IV

Inversiones:

Ambas Partes promoverán y facilitarán, de acuerdo con sus posibilidades, las inversiones de capitales brasileños, costarricenses o conjuntos en sus respectivos sectores turísticos.

ARTICULO V

Facilidades Aduaneras:

Las Partes acuerdan brindar las facilidades necesarias, con el objeto de permitir el ingreso en su territorio de material promocional, originario de la otra Parte, según lo amerite, todo de conformidad con los términos de la legislación Interna de cada país.

ARTICULO VI

Programas Turísticos y Culturales:

La Partes alentarán las actividades de promoción turística con el fin de incrementar el intercambio y dar a conocer la imagen de sus respectivos países, participando en manifestaciones turísticas, culturales, recreativas y deportivas, organización de seminarios, exposiciones, congresos, convenciones, conferencias, ferias y festivales, de trascendencia nacional y/o internacional, todo de conformidad con los términos de la legislación interna de cada país.

ARTICULO VII

Investigación y capacitación turística:

- 1.- Las Partes alentarán a sus respectivos expertos para intercambiar información técnica y/o documentación en los siguientes campos:
 - a) Sistemas y métodos para capacitar y/o actualizar profesionales e instructores sobre asuntos técnicos, particularmente con atención a procedimientos para operación y administración hotelera;
 - b) Becas para profesionales, instructores y estudiantes;
 - c) Programas de estudio para capacitación de personal que brinde servicios turísticos;
 - d) Programas de estudio para escuelas de hotelería;
 - e) Perfiles ocupacionales de empresas turísticas.

- 2.- Cada Parte desarrollará acciones que faciliten la cooperación entre profesionales de ambos países, a fin de elevar el nivel de sus técnicos en turismo y fomentar la investigación y el estudio de casos conjuntos, en materia de interés común.

- 3.- Asimismo, ambas Partes alentarán a sus respectivos estudiantes y profesores de turismo para que se beneficien de las becas ofrecidas por colegios, universidades y otros centros de educación y capacitación profesional.

ARTICULO VIII

Intercambio de Información y Estadísticas de Turismo:

1.-Ambas Partes Intercambiarán información sobre:

- a) Sus recursos turísticos y los estudios relacionados con esta materia, los planes de desarrollo del Sector en sus territorios y, en especial, los referentes a la explotación de parques nacionales, reservas biológicas y otras zonas protegidas;
- b) Estudios e investigaciones relacionados con la actividad turística y documentación técnica periódica, tales como revistas y otros;
- c) La legislación vigente sobre las actividades turísticas, así como para la protección y conservación de los recursos naturales y culturales de interés turístico.

2.-Las Partes harán lo posible por mejorar la confiabilidad y compatibilidad de estadísticas sobre turismo entre los dos países.

3.-Las Partes Intercambiarán información sobre el volumen y características del potencial real del mercado turístico de ambos países, incluyendo estudios de mercado de terceros países que cada Parte pueda poseer.

ARTICULO IX

Entrada en vigor:

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de intercambio de los respectivos instrumentos de ratificación.

ARTICULO X

- 1.- El presente Acuerdo tendrá duración de cinco años y se renovará automáticamente, por iguales períodos, a menos que cualquiera de las Partes manifieste su deseo de darlo por terminado, mediante notificación escrita a la otra, a través de la vía diplomática, con tres meses de anticipación.
2. La terminación del presente Acuerdo no afectará la realización de los programas y proyectos que hayan sido formulados durante su vigencia, a menos que las Partes acuerden lo contrario.

En testimonio de lo cual, los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, suscriben el presente convenio en la ciudad de Brasilia, Brasil a los treinta y un días del mes de mayo del año mil novecientos noventa y tres, en dos ejemplares originales, uno en idioma español y el otro en idioma portugués, siendo los textos igualmente válidos y auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Sr. José Eduardo de Andrade Vleira
Ministro de la Industria, del Comercio
y del Turismo



POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COSTA RICA
Ing. Luis Manuel Chacón Jiménez
Ministro del Instituto
Costarricense de Turismo

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON COOPERATION IN TOURISM BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COSTA RICA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica, hereinafter referred to as "the Parties",

Convinced of the importance of developing relations in the field of tourism, not only for their respective economies but also for cultural, social and friendly exchanges between the two peoples,

Convinced that, because of its social, cultural and economic repercussions, tourism is an excellent instrument for promoting economic development, understanding and good will, and also for developing closer ties between peoples,

Have agreed to conclude this Agreement on cooperation in the field of tourism, as follows:

Article I. Tourist offices

1. In accordance with the domestic legislation of each Party, official tourist offices may be established for the purpose of promoting bilateral tourism exchanges.

2. The two Parties shall provide, within their legal and budgetary means, all possible facilities for the installation and operation of the said offices.

Article II. Development of the tourist industry and its infrastructure

In accordance with their domestic legislation, the Parties shall facilitate and encourage the activities of tourist service providers such as: travel agencies, tour operators, hotel chains, airlines and shipping companies, principally but without excluding any other providers that may generate reciprocal tourism between the Parties.

Article III. Facilities

Within the limits established by their national legislation, the Parties shall provide each other with all facilities to increase and encourage the movement of persons for the purposes of tourism and the exchange of tourist advertising material and documents.

Article IV. Investments

The two Parties shall encourage and facilitate, insofar as possible, investments of Brazilian, Costa Rican or joint capital in their respective tourism sectors.

Article V. Customs facilities

The Parties agree to provide the necessary facilities for the purpose of allowing the entry into their territory of promotional material from the other Party, as appropriate, in accordance with the provisions of the domestic legislation of each country.

Article VI. Tourist and cultural programmes

The Parties shall encourage activities to promote tourism in order to increase exchanges and disseminate the image of their respective countries by taking part in tourist, cultural, recreational and sporting events and the organization of seminars, exhibitions, congresses, conventions, lectures, fairs and festivals of national and/or international scope, in accordance with the domestic legislation of each country.

Article VII. Tourism research and training

1. The Parties shall encourage their respective technical personnel to exchange technical information and/or documentation in the following areas:

- (a) Systems and methods for training and/or updating professionals and instructors in technical matters, with special attention to procedures for hotel operation and administration;
- (b) Grants for professionals, instructors and students;
- (c) Study programmes for the training of personnel who provide tourist services;
- (d) Study programmes for hotel schools; and
- (e) Job profiles of tourism companies.

2. Each Party shall engage in activities to facilitate cooperation between professionals from both countries in order to upgrade their tourism specialists and promote the research and study of joint cases, in matters of mutual interest.

3. The two Parties shall also encourage their respective tourism students and teachers to avail themselves of the grants offered by colleges, universities and other educational and vocational training centres.

Article VIII. Exchange of tourism information and statistics

1. The two Parties shall exchange information on:

- (a) Their tourist resources, studies related to tourism and tourism development projects in their territories, and especially those dealing with the operation and management of national parks, biological reserves and other protected areas;
- (b) Studies and research related to tourist activities and periodic technical literature, such as journals and other publications;
- (c) The legislation in force governing tourist activities and the protection and conservation of natural and cultural resources of interest to tourism.

2. The Parties shall do everything possible to improve the reliability and compatibility of tourism statistics between the two countries.

3. The Parties shall exchange information on the volume and characteristics of the real potential of the tourist market of the two countries, including market studies of third countries available to either Party.

Article IX. Entry into force

This Agreement shall enter into force on the date of the exchange of the respective instruments of ratification.

Article X

1. This Agreement shall remain in force for five years and shall be automatically extended for equal periods unless either of the Parties shall express a desire to terminate it by written notification of the other Party through the diplomatic channel with three months' notice.

2. The termination of this Agreement shall not affect the execution of programmes and projects formulated while it was in force unless the Parties agree otherwise.

In witness whereof the undersigned, duly authorized by their respective Governments, hereby sign this Agreement in the city of Brasilia, Brazil, on the thirty-first day of May in the year one thousand nine hundred ninety-three in two original copies, one each in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA
Minister of Industry, Trade and Tourism

For the Government of the Republic of Costa Rica:

LUIS MANUEL CHACÓN JIMÉNEZ
Minister of the Costa Rican Tourism Institute

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION TOURISTIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU COSTA RICA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica (ci-après dénommés "les Parties"),

Convaincus de l'importance que le développement et les relations touristiques peuvent avoir non seulement pour leur économie respective mais aussi pour les échanges culturels et sociaux et les liens d'amitié entre les deux peuples;

Convaincus que le tourisme, du fait de sa dynamique socioculturelle et économique, est un excellent instrument pour promouvoir le développement économique, l'entente et la bonne volonté, et le resserrement des relations entre les peuples;

Décident de conclure le présent Accord de coopération touristique :

Article premier. Bureaux de promotion du tourisme

1. Des bureaux officiels chargés de promouvoir les échanges touristiques bilatéraux du peuvent être créés et fonctionner conformément à la législation interne de chacune des Parties.

2. Les deux Parties fournissent, dans les limites de leurs moyens juridiques et budgétaires, les facilités nécessaires à l'installation et au fonctionnement des bureaux en question.

Article II. Développement de l'industrie touristique et aménagement de l'infrastructure

Les Parties facilitent et favorisent, conformément à leur législation interne, les activités des fournisseurs de services touristiques tels qu'agences de voyage, voyagistes, chaînes d'hôtels, entreprises de transport aérien et de navigation maritime principalement, de même que tout autre service qui puisse susciter des mouvements touristiques réciproques entre les Parties.

Article III. Facilités

Les Parties s'accordent réciproquement, dans les limites établies par leur législation nationale respective, toutes les facilités nécessaires pour intensifier et stimuler les mouvements de touristes et les échanges de documents et matériaux publicitaires relatifs au tourisme.

Article IV. Investissements

Les deux Parties favorisent et facilitent, en fonction de leurs possibilités, les investissements de capitaux brésiliens, costariciens ou mixtes dans leur secteur touristique respectif.

Article V. Facilités douanières

Chaque Partie convient d'offrir les facilités douanières nécessaires en vue de permettre l'entrée de matériaux promotionnels originaires de l'autre Partie, selon le cas, conformément à la législation interne de chaque pays.

Article VI. Programmes touristiques et culturels

Les Parties favorisent les activités de promotion touristique en vue d'accroître les échanges et la diffusion de l'image de leur pays respectif en participant à des manifestations touristiques, culturelles, récréatives et sportives, à l'organisation de séminaires, congrès, conventions, conférences, foires et festivals de portée nationale ou internationale, conformément à la législation interne de chaque pays.

Article VII. Recherche et formation en matière de tourisme

1. Les Parties encouragent leurs spécialistes à procéder à des échanges de renseignements techniques ou de documentation dans les secteurs suivants :

a) Systèmes et méthodes pour la formation ou l'actualisation des connaissances des professionnels et instructeurs dans les domaines techniques, particulièrement en ce qui concerne les procédures d'exploitation et de gestion hôtelière;

b) Bourses d'études pour professionnels, instructeurs et stagiaires;

c) Programmes d'études pour la formation de personnel fournisseur de services touristiques;

d) Programmes d'études pour écoles hôtelières; et

e) Profils des emplois dans les entreprises de tourisme.

2. Chaque Partie prend des mesures en vue de faciliter la coopération entre les professionnels des deux pays afin de relever le niveau de leurs techniques en matière de tourisme et de favoriser la recherche et l'étude de cas communs dans des domaines d'intérêt mutuel.

3. Les deux Parties encouragent aussi leurs étudiants et enseignants respectifs dans le domaine du tourisme à profiter des bourses d'études offertes par les écoles secondaires, universités et autres établissements de formation et de perfectionnement professionnel.

Article VIII. Échange de renseignements et de statistiques sur le tourisme

1. Les deux Parties échangent des renseignements concernant :

a) Leurs ressources touristiques et les études en la matière, les plans d'aménagement du secteur dans leur territoire, surtout ceux qui touchent l'exploitation de parcs nationaux, réserves biologiques et autres zones protégées;

b) Les études et recherches touchant l'activité touristique et la documentation technique périodique telle que revues et autres organes d'information; et

c) La législation en vigueur qui concerne les activités touristiques et la protection et conservation des ressources naturelles et culturelles d'intérêt touristique.

2. Les Parties s'efforcent d'améliorer la fiabilité et la compatibilité des statistiques relatives au tourisme entre les deux pays.

3. Les Parties échangent des renseignements relatifs au volume et au potentiel réel du marché touristique des deux pays, y compris les études de marché de pays tiers que chaque Partie peut mettre à la disposition de l'autre.

Article IX. Entrée en vigueur

Le présent Accord entre en vigueur à la date de l'échange des instruments de ratification respectifs.

Article X. Durée

1. Le présent Accord a une durée de cinq ans et il est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes d'égale durée, à moins que l'une ou l'autre des Parties n'exprime le désir de le dénoncer en adressant à l'autre Partie, par la voie diplomatique, un préavis écrit de trois mois.

2. Sauf décision contraire des Parties, la dénonciation du présent Accord ne porte pas préjudice à la réalisation des programmes et projets qui ont été formulés pendant sa période de validité.

Fait à Brasilia, le 31 mai 1993, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre de l'industrie, du commerce et du tourisme,

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

Pour le Gouvernement de la République du Costa Rica :

Le Ministre de l'Institut costaricien du tourisme,

LUIS MANUEL CHACÓN JIMÉNEZ

